



Uruguaiana, 23 de agosto de 2024.

Ao

**Ver. Carlos Delgado**

Presidente da CCJ

Nesta

CMU 001404 - LEG 23/ Set/ 2024 08:15

Os vereadores que a este subscrevem, membros da Mesa Diretora da Sessão Legislativa de 2024, vem respeitosamente encaminhar o Projeto de Lei Ordinária nº 15/2024 de autoria da Vereadora Zulma Ancinello, que *Dispõe sobre o direito de toda mulher a ter acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames, inclusive os ginecológicos, nos estabelecimentos públicos e privados, no município de Uruguaiana*, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação realize a REDAÇÃO FINAL ao referido Projeto, conforme modelo anexo.

Registramos foram revisadas pelo Departamento de Legislação e Registros após a aprovação em 2ª Discussão e votação.

Nestes termos, propõe-se autorização da Comissão de Justiça e Redação para a alteração proposta de forma manter a legalidade da redação e o cumprimento das regras da LC 95/98 Manual da Redação, acolhido pela Resolução nº 32/2014 desta Casa.

Atenciosamente,

Ver. ADENILDO DE JESUS PADOVAN  
Presidente

Ver. JOALCE ALVES GONÇALVES  
Vice-presidente

Ver.ª ZULMA RODRIGUES ANCINELLO  
2ª Secretária

Ver.ª MÁRCIA PEDRAZZI FUMAGALLI  
1ª Secretária

Ver. CRISTIANO DIAS BONAPACE  
3ª Secretário

Dispõe sobre o direito da mulher de ter acompanhante, **pessoa de sua escolha**, nas consultas e exames, inclusive os ginecológicos, nos estabelecimentos públicos e privados, no município de Uruguiana.

**Art. 1º** Dispõe sobre o direito da mulher de ter acompanhante, **pessoa de sua escolha**, nas consultas e exames, inclusive os ginecológicos, nos estabelecimentos públicos e privados, no município de Uruguiana.

**Parágrafo único.** Esse direito poderá ser exercido mediante solicitação da mulher a ser atendida, que poderá escolher uma pessoa presente no local para acompanhá-la.

**Art. 2º** Os estabelecimentos de saúde deverão informar, de forma clara e visível, em local de fácil acesso, o direito estabelecido no art. 1º desta Lei.

**Art. 3º** O descumprimento desta Lei acarretará aos infratores às seguintes penalidades:

I – quando praticado por funcionário público, às penalidades previstas na legislação municipal.

II – quando praticado por funcionários de hospitais ou estabelecimentos de saúde privados, às seguintes penalidades administrativas, aplicadas gradativamente conforme a responsabilidade:

a) advertência; e

b) multa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), dobrada em caso de reincidência, com atualização anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC/IBGE.

**§ 1º** É garantido o contraditório e a ampla defesa em todas as fases dos processos administrativos de autuação de que trata esta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.